



TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de Preços para contratação de empresa especializada na implantação de solução educacional integrada para implantação do Projeto Educacional de Letramento Digital e Científico, contemplando materiais didático-pedagógicos físicos e digitais, infraestrutura para ambientes de experimentação, equipamentos pedagógicos e tecnológicos, kits para aulas práticas e automação educacional, formação continuada de professores, acesso à plataforma educacional e utilização de software livre de programação visual, alinhada à BNCC, BNCC Computação, Política Nacional de Educação Digital (Lei nº 14.533/2023), Resolução CNE/CEB nº 2/2025 e Plano Nacional de Educação, na rede municipal de ensino de Pastos Bons (MA).

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Federal nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A solução proposta consiste na contratação de solução educacional integrada para a implantação do Projeto de Universalização da Educação Digital no município de Pastos Bons (MA), contemplando, de forma articulada, materiais didático-pedagógicos, kits de aulas práticas, equipamentos educacionais, laboratórios de letramento digital, ciências e matemática, formação inicial e continuada de professores, bem como recursos digitais de apoio, tais como plataforma educacional e softwares de programação visual.

3.2. Considerando o ciclo de vida do objeto, a solução abrange as etapas de fornecimento, implantação, utilização pedagógica, suporte técnico-pedagógico e continuidade, assegurando que os recursos adquiridos sejam efetivamente incorporados às práticas pedagógicas da rede



municipal de ensino ao longo da vigência contratual.

3.3. A integração entre infraestrutura física, recursos pedagógicos, tecnologia educacional e formação docente reduz o risco de subutilização dos bens e serviços, amplia a efetividade do investimento público e contribui para a sustentabilidade pedagógica do projeto, garantindo alinhamento contínuo às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), da Política Nacional de Educação Digital (Lei nº 14.533/2023) e às demais políticas educacionais vigentes.

3.4. A solução apresenta viabilidade técnica, pedagógica e operacional, permitindo sua manutenção, atualização e reaproveitamento ao longo do tempo, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021..

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos operacionais

A execução do objeto exige a observância de requisitos operacionais compatíveis com a implantação do Projeto para Universalização da Educação Digital alinhado à BNCC, à PNED e ao PNE na rede municipal de ensino de Pastos Bons (MA).

A implantação de materiais didáticos e laboratórios educacionais demanda ações estruturadas de formação de professores, de modo a assegurar a correta utilização pedagógica e técnica dos recursos adquiridos, bem como a sustentabilidade do projeto ao longo do tempo. Adicionalmente, faz-se necessária a disponibilização de plataforma educacional digital de apoio pedagógico, como instrumento de suporte à formação docente e acompanhamento das práticas pedagógicas.

I. Fornecer, transportar, descarregar e instalar todos os bens e equipamentos previstos no Termo de Referência;

Os processos de frete, entrega e implantação do projeto, com montagens e orientação de uso do materiais e equipamentos não terão custos adicionais ao município e serão de inteira responsabilidade da(s) contratada(s) de cada lote: Lote I, Lote II, Lote III, Lote IV, Lote V, Lote VI e Lote VII.

II. Realizar a formação e capacitação de professores em impressão 3D;

Para o correto manuseio e aulas para produção de protótipos em 3D, a licitante vencedora do Lote I e Lote II, deverá oferecer no mínimo 16h (dezesesseis horas) de formação presencial em modelagem e impressão 3D, com emissão de certificado, para os professores do projeto, no local designado pela SEMED, podendo ocorrer tanto em área urbana, quanto em área rural, sem custos adicionais ao município.

III. Formação e Capacitação de Professores – Lotes I e II

Em conformidade com a Lei nº 14.533/2023 (Política Nacional de Educação Digital), a contratação deverá contemplar formação inicial e continuada de professores, como condição



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



essencial para a efetiva implementação do Projeto de Universalização da Educação Digital nos Lotes I e II.

A formação docente deverá totalizar carga horária mínima de 100 (cem) horas por etapa de ensino (anos iniciais e anos finais), distribuída entre formação presencial e formação remota, contemplando conteúdos de Pensamento Computacional e Robótica Educacional, conforme planejamento definido pela Secretaria Municipal de Educação.

A formação presencial deverá compreender, no mínimo, 80 (oitenta) horas, sendo 40 (quarenta) horas para cada etapa de ensino, com emissão de certificados aos participantes, realizadas em datas e locais definidos pela SEMED, sem ônus adicional para a Administração.

A formação remota deverá compreender, no mínimo, 120 (cento e vinte) horas, sendo 60 (sessenta) horas para cada etapa de ensino, também com emissão de certificados, devendo a contratada disponibilizar, sem custos adicionais, plataforma educacional digital hospedada na internet, com videoaulas, materiais didáticos digitais, roteiros de aulas, slides e recursos interativos, garantindo a formação continuada dos docentes durante a vigência contratual.

A modalidade de aulas remotas dos professores, deverá incluir a emissão de certificado de realização do curso em nome dos participantes, e a empresa contratada deverá disponibilizar, gratuitamente, pelo período de vigência do contrato, uma Plataforma de ensino digital, hospedada na internet, que possibilite a formação continuada dos professores de ambas as etapas (anos iniciais e anos finais), com vídeoaulas, bem como: material didático digital com roteiros de aulas em forma de slides para downloads e quizzes, totalmente alinhada ao Projeto de Educação, sem custos adicionais ao município.

IV. Plataforma Educacional Digital – Requisitos Técnicos

A. Finalidade

Plataforma educacional digital destinada à formação continuada remota de professores dos Lotes I e II, integrada aos materiais didáticos, às metodologias do projeto e às diretrizes da Política Nacional de Educação Digital.

B. Requisitos Funcionais (mínimos)

- funcionamento integral em ambiente web, com acesso remoto;
- interface responsiva, acessível e em língua portuguesa;
- disponibilização de videoaulas, materiais digitais, roteiros e slides editáveis;
- recursos de interação (fórum, comentários, quizzes e mural pedagógico);
- acesso contínuo durante a vigência contratual, sem limitação de usuários.

C. Requisitos de Formação

- suporte à oferta de conteúdos formativos para anos iniciais e finais;
- registro de carga horária cursada e conclusão de atividades;
- emissão de relatórios de acompanhamento e certificação.

D. Requisitos de Segurança e Conformidade



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



- autenticação segura de usuários;
- armazenamento de credenciais com criptografia não reversível;
- conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018).

E. Requisitos de Compatibilidade

- compatibilidade com navegadores modernos e dispositivos usuais;
- operação estável sob múltiplos acessos simultâneos.

IV. Disponibilização de Software de Programação Visual

A contratação deverá contemplar a disponibilização de softwares livres de programação visual, compatíveis com os kits de aulas práticas e alinhados aos materiais didáticos do Projeto de Universalização da Educação Digital, do Lote I, garantindo seu uso durante toda a vigência do contrato.

Deverá ser disponibilizado, no mínimo, um software de programação visual para cada etapa do Ensino Fundamental, compatível com o respectivo microcontrolador utilizado, possibilitando a criação de algoritmos, jogos, animações e projetos de automação educacional.

Os softwares deverão possuir interface intuitiva, em língua portuguesa, com funcionamento online e offline, de modo a promover o letramento digital, a inclusão tecnológica e a utilização em diferentes contextos escolares, atendendo às necessidades de alunos e professores.

A contratada deverá fornecer orientações para uso pedagógico dos softwares, assegurando sua adequada integração às aulas práticas e às atividades previstas no projeto.

(Requisitos mínimos, admitindo-se soluções equivalentes ou superiores)

O software deverá utilizar linguagem gráfica de programação por blocos, ou diagrama funcional equivalente, com funcionalidades equivalentes ou superiores às soluções amplamente adotadas no contexto educacional, permitindo a construção de algoritmos por meio de blocos visuais representativos de variáveis, estruturas de repetição, condicionais e expressões lógicas.

Deverá possuir funcionamento offline, sem necessidade de conexão permanente com a internet.

Deverá ser compatível com sistema operacional Windows 10 ou superior.

Deverá permitir a programação dos microcontroladores utilizados nos materiais didáticos do Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Anos Finais.

Deverá possibilitar a criação de programas, animações, jogos digitais, controle de sensores e atuadores, projetos de automação e robótica educacional em ambas as etapas, bem como desenvolvimento de aplicações educacionais nos Anos Finais, quando aplicável.

Deverá apresentar interface amigável, intuitiva e de fácil aprendizagem, adequada a usuários iniciantes.

Todos os blocos lógicos e comandos deverão estar disponíveis em língua portuguesa, com nomenclatura clara e objetiva, utilizando verbos no infinitivo ou imperativo, facilitando a compreensão da lógica de programação.

Deverá promover a inclusão digital, o letramento digital e a democratização do ensino de computação com finalidade pedagógica.

Deverá viabilizar a aprendizagem mão na massa, com integração às metodologias STEAM e à educação maker.

Deverá estimular a criatividade, a resolução de problemas e o desenvolvimento de competências socioemocionais, estando alinhado à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e à Política Nacional de Educação Digital (PNED).

Deverá ser escalável e adaptável, permitindo a transição para linguagens de programação mais avançadas em projetos educacionais futuros, nos Anos Finais, quando aplicável.

Deverá permitir integração com o ambiente de desenvolvimento (IDE) do microcontrolador utilizado no Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Anos Finais.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



O acesso ao software deverá ser disponibilizado gratuitamente durante a vigência do contrato, assegurando a democratização do acesso às ferramentas de programação para todos os alunos participantes do projeto.

V. Formação e Capacitação de Professores – Lotes III a VII

A contratada deverá realizar formação presencial e remota de professores vinculados aos Lotes III, IV, V, VI e VII, com o objetivo de capacitá-los para a atuação pedagógica nos laboratórios de Ciências e Matemática.

A formação deverá compreender, no mínimo:

- 16 (dezesesseis) horas de formação presencial, para turmas de até 25 (vinte e cinco) participantes;
- 30 (trinta) horas de formação remota, para turmas de até 25 (vinte e cinco) participantes, com acesso à plataforma educacional digital.

A formação deverá assegurar a aquisição de conhecimentos teóricos e práticos necessários para que os professores atuem como facilitadores no desenvolvimento das atividades pedagógicas previstas em cada laboratório.

VI. Assessoria para Organização e Execução da Feira Científica e Tecnológica

A contratada deverá prestar assessoria técnico-pedagógica remota, com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas, para apoio à organização e execução da Feira Científica e Tecnológica do município, como culminância do projeto, envolvendo atividades de robótica, ciências e matemática, em conformidade com a metodologia adotada e as diretrizes da BNCC. Quando demandado pela Secretaria Municipal de Educação, a contratada deverá apoiar a inauguração dos laboratórios, com organização dos ambientes e disponibilização de, no mínimo, um representante técnico capacitado para apresentação do projeto à comunidade escolar.

VII. Suporte Técnico-Pedagógico

A contratada deverá disponibilizar suporte técnico-pedagógico, com carga horária mínima de 60 (sessenta) horas, durante a vigência do contrato, por meio de atendimento remoto (e-mail, telefone ou aplicativo de mensagens) e, quando necessário, atendimento presencial, visando assegurar o adequado funcionamento dos recursos pedagógicos e o apoio contínuo aos professores participantes do projeto.

4.2. Requisitos técnicos

4.2. Requisitos Técnicos

A. Lote I – Material Didático, Kits Educacionais e Equipamentos de Apoio

O Lote I deverá contemplar materiais didático-pedagógicos, kits de aulas práticas e



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



equipamentos educacionais destinados à implementação do Projeto de Universalização da Educação Digital, conforme quantitativos definidos em planilha.

A.1 Materiais Didáticos

Livros didáticos para alunos do 1º ao 5º ano, sendo 01 (um) livro por aluno, por etapa;

Livros didáticos para professores do 1º ao 5º ano, sendo 01 (um) exemplar por etapa;

Boxes didáticos para alunos do 6º ao 9º ano, contendo 02 (dois) livros por aluno;

Boxes didáticos para professores do 6º ao 9º ano, totalizando 04 (quatro) boxes por professor, correspondentes às etapas.

A.2 Kits Educacionais para Aulas Práticas

Kits educacionais compatíveis com cada etapa de ensino, contendo microcontrolador educacional e componentes adequados ao uso pedagógico;

Quantitativos mínimos definidos para possibilitar atividades práticas simultâneas em turmas regulares, com uso compartilhado.

A.3 Equipamentos Educacionais de Apoio

Laboratório itinerante de Letramento Digital;

Projeter multimídia;

Notebooks e tablets educacionais;

Impressoras 3D para uso educacional, com insumos compatíveis.

Todos os equipamentos deverão ser compatíveis entre si e funcionais ao projeto.

B. Lote II – Laboratório de Letramento Digital

O Lote II deverá contemplar a implantação de Laboratório de Letramento Digital, destinado a turmas de até 30 (trinta) alunos por aula, incluindo:

Impressoras 3D para uso educacional, com capacitação docente;

Insumos compatíveis (filamentos e equipamentos auxiliares);

Equipamentos audiovisuais;

Painel de ferramentas educacionais;

Mobiliário escolar adequado;

Serviço de montagem, organização e orientação de uso do ambiente.

C. Lotes III, IV, V, VI e VII – Laboratórios de Ciências e Matemática

Os Lotes III a VII deverão contemplar laboratórios educacionais de Ciências e Matemática, destinados a turmas de até 25 (vinte e cinco) alunos, incluindo:

Materiais didáticos com ISBN válido;

Kits e materiais adequados a cada etapa de ensino e tipo de laboratório;

Equipamentos e mobiliários educacionais;

Estruturação completa do ambiente para aulas práticas.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



D. Padrões de Compatibilidade, Segurança e Desempenho

Softwares de programação visual deverão estar instalados nos notebooks e ser compatíveis com os sistemas operacionais utilizados;
Interface em língua portuguesa;
Compatibilidade com os kits de aulas práticas;
Integração entre materiais didáticos, softwares e equipamentos.

E. Certificações Exigidas

Materiais didáticos com ISBN;
Registro na Câmara Brasileira do Livro (CBL) ou equivalente.

F. Critérios de Sustentabilidade

Em conformidade com o art. 25, §6º da Lei nº 14.133/2021 e a Lei nº 12.305/2010:
Priorizar materiais recicláveis ou de menor impacto ambiental;
Utilização de insumos biodegradáveis, quando aplicável;
Equipamentos com eficiência energética certificada (Procel/Inmetro, ou equivalente).

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1.1. Forma de Execução

A execução do objeto ocorrerá de forma integrada, contínua e articulada, abrangendo o fornecimento de materiais didático-pedagógicos, equipamentos para uso educacional, kits de aulas práticas, implantação de laboratórios educacionais (incluindo laboratório de letramento digital, laboratório itinerante, laboratórios de ciências e de matemática), disponibilização de software de programação visual, formação inicial e continuada de professores, assessoria pedagógica para culminância do projeto e suporte técnico-pedagógico durante a vigência contratual, em conformidade com as especificações deste Termo de Referência e com as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação – SEMED.

A solução contratada deverá assegurar a integração pedagógica, técnica e operacional entre todos os componentes do projeto, garantindo a efetiva utilização dos materiais, equipamentos, ambientes educacionais e recursos digitais no contexto da rede municipal de ensino.

5.1.2. Formação de Professores e Suporte Técnico-Pedagógico

A contratada deverá realizar formação inicial e continuada de professores, diretamente vinculada à implantação e ao uso pedagógico dos materiais, equipamentos, kits de aulas práticas, laboratórios educacionais, plataforma digital e software de programação visual. A formação docente compreenderá, no mínimo:



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



- I – 16 (dezesseis) horas de formação presencial em Modelagem e Impressão 3D, com foco no uso pedagógico dos equipamentos fornecidos;
 - II – 100 (cem) horas de formação presencial e/ou remota para cada etapa de ensino contemplada no projeto, com acesso à plataforma educacional digital dos Lotes I e II;
 - III – 46 (quarenta e seis) horas de formação presencial e/ou remota para cada etapa de ensino contemplada no projeto, com acesso à plataforma educacional digital dos Lotes III a VII;
 - III – 40 (quarenta) horas de assessoria pedagógica para apoio à realização de Feira Científica e Tecnológica, como culminância do projeto;
 - IV – 60 (sessenta) horas de suporte técnico-pedagógico remoto, ao longo da vigência contratual;
 - V – suporte técnico e pedagógico para evento de inauguração e apresentação do projeto à comunidade escolar, quando demandado pela Administração.
- O cronograma das formações, a definição dos participantes e a organização das turmas serão estabelecidos pela SEMED, em comum acordo com a contratada, respeitado o calendário escolar e a jornada docente.

5.1.3. Etapas de Execução

A execução do objeto observará, de forma geral, as seguintes etapas:

- I – entrega e conferência dos materiais didático-pedagógicos destinados a alunos e professores, nas unidades escolares indicadas pela Secretaria Municipal de Educação;
- II – fornecimento, transporte, montagem e instalação de mobiliários, equipamentos, kits e demais elementos destinados aos laboratórios educacionais;
- III – disponibilização de orientações técnicas iniciais para manuseio, funcionamento e organização dos equipamentos, mobiliários e kits;
- IV – liberação de acesso ao software de programação visual, em ambiente seguro, estável e compatível com a rede municipal de ensino;
- V – realização das ações de formação docente, em módulos teóricos e práticos, presenciais e/ou remotos;
- VI – prestação de assessoria pedagógica e técnica para a realização da Feira Científica e Tecnológica de culminância do projeto.

A execução das etapas contará com equipe técnica multidisciplinar da contratada, composta, no mínimo, por instrutores, técnicos especializados, profissionais da área pedagógica e equipe de logística, além dos insumos pedagógicos e tecnológicos previstos neste Termo de Referência.

1.4. Prazos de Execução

O prazo global do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa formal e interesse da Administração.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



Sem prejuízo do prazo global, deverão ser observados os seguintes prazos referenciais:

- I – entrega dos materiais didático-pedagógicos: até 60 (sessenta) dias corridos após a assinatura do contrato;
- II – conclusão da montagem e instalação dos laboratórios e ambientes educacionais: até 90 (noventa) dias corridos após a assinatura do contrato;
- III – início das ações de formação docente: até 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais;
- IV – conclusão das ações formativas iniciais: até 180 (cento e oitenta) dias, sem prejuízo das ações continuadas durante a vigência contratual;
- V – disponibilização da plataforma educacional digital e do software de programação visual: de forma imediata após a assinatura do contrato, com acesso ininterrupto durante a vigência.

5. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

- 5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 5.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 5.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, conforme endereço eletrônico informado pela contratada na sua proposta comercial.
- 5.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 5.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 5.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

- 5.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração
- 5.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (art. 117, §1º da Lei nº 14.133, de 2021).



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



5.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

5.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

5.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

5.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

5.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

5.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

Gestor do Contrato

5.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

5.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

5.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

5.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

5.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

5.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a



formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

6.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma da seção anterior, prorrogáveis por igual período.

6.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

6.2.1. o prazo de validade;

6.2.2. a data da emissão;

6.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

6.2.4. o período respectivo de execução do contrato;

6.2.5. o valor a pagar; e

6.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

6.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação das certidões de regularidade junto à Receita Federal do Brasil/Previdência, Trabalhistas, FGTS, Estado (dívida ativa e tributos), Município (dívida ativa e tributos), nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação fiscal.

6.9. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme item anterior.

6.10. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



6.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.12.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.13. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global.

7.2. A prestação dos serviços do objeto será parcelada conforme as demandas das secretarias solicitantes.

8. DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS E AVALIAÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA

8.1. O licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentar amostra de itens que compõe cada lote arrematado, **no prazo de até 05 (cinco) dias úteis** contados da convocação realizada pelo pregoeiro, por meio do sistema <https://www.compraspastosbonsma.com.br/>.

8.2. As amostras deverão ser entregues na sede da Secretaria Municipal de Educação, localizada Av. Domingos Sertão, no horário das 08h às 14h, sem possibilidade de prorrogação ou substituição de amostras reprovadas.

8.3. As amostras deverão estar devidamente identificadas com o nome da licitante, acompanhadas de prospectos ou manuais, se for o caso, e conter na embalagem informações sobre características, quantidade, marca e modelo.

8.4. Os exemplares serão disponibilizados à Administração e tratados como protótipos, podendo ser manuseados, desmontados ou instalados pela equipe técnica responsável pela análise, além de submetidos aos testes necessários, inclusive à abertura de revestimentos para verificação de partes internas, sem ônus para a Administração Pública.

8.5. As amostras permanecerão à disposição da Administração pelo tempo necessário à avaliação, garantindo-se a segurança e preservação durante o processo. Não será permitida a substituição de qualquer item apresentado para análise. Igualmente, não serão recebidas amostras fora do local, data e horário estipulados. A devolução às licitantes somente ocorrerá após a indicação definitiva da vencedora do certame.

8.6. Será constituída uma Comissão Técnica de Avaliação, composta por servidores designados pela Secretaria Municipal de Educação, com formação compatível com os objetos da contratação, incluindo áreas como pedagogia e tecnologia.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



8.7. Análise baseada nas amostras de itens que compõem o LOTE I: No primeiro momento, pela análise dos descritos nos itens 1 ao 21 Anexo I- Planilha de Descritivo dos Itens deste Termo de Referência, que remete aos Livros didáticos para alunos do 1º ao 5º ano dos anos iniciais e Livros didáticos para alunos do 6º ao 9º ano dos anos finais, Livros didáticos para professores, com formação e apresentação da plataforma digital, do 1º ao 5º ano dos anos iniciais e Livros didáticos para professores, com formação e apresentação da plataforma digital, , do 6º ao 9º ano dos anos finais, Kit educacional de automação para aulas tecnológicas, teóricas e práticas do Projeto para alunos do 1º ao 5º ano dos anos iniciais e do Kit educacional de automação para aulas tecnológicas, teóricas e práticas do Projeto para alunos do 6º ao 9º ano dos anos finais e Materiais Paradidáticos (livros) para alunos do ensino fundamental anos iniciais e anos finais, se atendem aos requisitos mínimos do Anexo I deste Termo de Referência.

Os livros didáticos das etapas do ensino fundamental anos iniciais e anos finais, devem ser apresentados em formato de brochura, desta forma, não serão aceitos formatos similares, tais como: Formatos Digitais (E-books), apostilas, manuais, encartes ou similares, em desconformidade com as exigências do objeto deste Termo de Referência, pois acarretará em desclassificação imediata.

Será analisada amostra do item 23 (notebook para uso no Projeto de Universalização da Educação Digital, personalizado e com softwares livres de programação visual, instalados, para programar os microcontroladores do projeto).

Também serão solicitados acessos para teste e análise técnica da plataforma digital para formação remota e análise técnica dos softwares de programação visual.

8.8. Análise baseada nas amostras de itens que compõem o LOTE II, referentes à estrutura tecnológica e pedagógica do item 1 (Laboratório de Letramento Digital) com análise dos subitens: subitem 1.3 (impressora 3D) e 1.4 (filamento PLA), conforme descritivo técnico e requisitos mínimo estabelecidos no anexo II deste Termo de Referência, se atendem aos requisitos mínimos exigidos para a execução do Projeto de Universalização da Educação Digital, em conformidade com os princípios e diretrizes Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Política Nacional de Educação Digital (PNED), instituída pela Lei nº 14.533/2023, Resolução CNE/CEB nº 2/2025 e com o Plano Nacional de Educação – PNE (Lei nº 13.005/2014). Tais itens destinam-se ao suporte das atividades teóricas e práticas previstas no projeto, atendendo integralmente aos requisitos mínimos técnicos e pedagógicos estabelecidos neste instrumento convocatório.

8.9. Análise baseada nas amostras dos itens dos Lotes: III, IV, V, VI e VII, referentes aos laboratórios de Ciências e Matemática : será solicitado um kit de Material de Apoio ao Aluno e Professor de cada item dos lotes , kit de apresentação conforme descritivo técnico e requisitos mínimos



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



estabelecidos no anexo II deste Termo de Referência, se atendem aos requisitos mínimos exigidos para a execução do Projeto de Universalização da Educação Digital com a implantação dos Laboratórios de Ciências e Matemática, em conformidade com os princípios e diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Tais itens destinam-se ao suporte das atividades teóricas e práticas previstas no projeto, atendendo integralmente aos requisitos mínimos técnicos e pedagógicos estabelecidos neste instrumento convocatório.

8.10. Como parte da apresentação técnica, o licitante deverá disponibilizar registros audiovisuais (vídeos e/ou fotografias) e depoimentos que comprovem a implantação de projetos educacionais com laboratórios, iguais ou similares aos exigidos, em instituições educacionais, realizadas anteriormente pela empresa, além de Catálogos ilustrativos com os itens.

8.11. Os materiais deverão evidenciar a estrutura física, os equipamentos instalados, a aplicabilidade pedagógica e os resultados alcançados, podendo ser utilizados como subsídio para a análise da Comissão Técnica quanto à capacidade técnica do proponente.

8.12. A Comissão será responsável pela análise técnica, funcional e pedagógica das amostras, com base nas especificações constantes deste Termo de Referência, para demonstração de funcionalidades e aplicabilidade das amostras exigidas.

8.13. Caso o laudo técnico da vencedora provisória seja negativo, isto é, se a amostra for desaprovada por incompatibilidades ou inadequações em relação ao objeto licitado a licitante será **desclassificada**, e será solicitada a amostra da próxima classificada, respeitando-se a ordem de classificação. O procedimento será repetido até que uma licitante apresente amostras aprovadas e atenda à todas as demais exigências deste Termo de Referência.

8.14. Os licitantes que descumprirem as exigências do Termo de Referência, não comparecerem ou se recusarem a participar da **Prova de Avaliação Técnico-Pedagógica** junto à Equipe Técnica do município terão suas propostas automaticamente desclassificadas e convocada a licitante remanescente, conforme a ordem de classificação, para a realização da mesma prova.

8.15. O resultado da análise será formalizado por meio de Laudo Técnico (Aprovação/Reprovação), emitido pela Comissão e disponibilizado ao licitante por meio do site: <https://pastosbons.ma.gov.br/transparencia/>.

8.16. Serão rejeitadas as amostras que apresentem:

- a) Produto em desacordo com as especificações técnicas exigidas neste Termo de Referência;
- b) Ausência de qualquer item exigido no presente processo;
- c) Entrega fora do prazo estipulado.

8.17. As amostras serão devolvidas aos respectivos fornecedores após a conclusão da análise técnica.

8.18. A metodologia de avaliação será realizada por meio de um checklist considerando os requisitos mínimos de cada item de cada lote exigidos no Termo de Referência, com respostas únicas para o resultado da análise de cada amostra, com a seguinte legenda:

Não Atende = não atende;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



Atende = atende na sua totalidade.

8.19. Modelo de Ficha com os itens das amostras para inclusão dos resultados referentes às análises dos requisitos exigidos para a Prova de Avaliação Técnico-Pedagógica, conforme os parâmetros mínimos deste Termo de Referência, a fim de assegurar a correta implementação do Projeto de Universalização da Educação Digital.

MODELO DE FICHA COM O RESULTADO DA AVALIAÇÃO TÉCNICA-PEDAGÓGICA DE AMOSTRAS			
AMOSTRAS DO LOTE I			
ITEM/ SUBITEM	DESCRIÇÃO	RESULTADO	OBSERVAÇÕES
01 AO 05	Livro Didático-Pedagógico do aluno-1º ao 5º Ano do Ensino Fundamental-Anos Iniciais- Baseado na BNCC e PNED	() Atende () Não Atende	
06 AO 10	Livro Didático-Pedagógico do professor-1º ao 5º Ano do Ensino Fundamental-Anos Iniciais- Baseado na BNCC e PNED	() Atende () Não Atende	
11 AO 14	Box Didático-Pedagógico do aluno-6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental-Anos Finais-com 02 livros didáticos, baseado na BNCC e PNED	() Atende () Não Atende	
15 AO 18	Box Didático-Pedagógico do professor-6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental-Anos Finais-com 02 livros didáticos, baseado na BNCC e PNED	() Atende () Não Atende	
19	Box de material de apoio pedagógico paradidático para alunos do Ensino Fundamental Anos iniciais e Anos Finais, alinhado à BNCC e à PNED	() Atende () Não Atende	
20	Kit educacional de automação para aulas práticas e inovação da aprendizagem tecnológica e digital para os alunos do 1º ano ao 5º ano do Ensino Fundamental anos iniciais, composto por peças e componentes eletrônicos para prototipagem, incluindo microcontrolador.	() Atende () Não Atende	
21	Kit educacional de automação para aulas práticas e inovação da aprendizagem tecnológica e digital para os alunos do 6º ano ao 9º ano do Ensino Fundamental anos finais, composto por peças e componentes eletrônicos para prototipagem, incluindo microcontrolador.	() Atende () Não Atende	
23	Notebook personalizado para uso educacional no projeto, com softwares de programação visual instalados.	() Atende () Não Atende	
Análise da compatibilidade e acesso da Plataforma digital para formação remota		() Atende () Não Atende	
Análise da compatibilidade e acesso da Software de programação visual (anos iniciais)		() Atende () Não Atende	
Análise da compatibilidade e acesso da Software de programação visual (anos finais)			



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



MODELO DE FICHA COM O RESULTADO DA AVALIAÇÃO TÉCNICA-PEDAGÓGICA DE AMOSTRAS			
AMOSTRAS DO LOTE II			
ITEM/ SUBITEM	DESCRIÇÃO	RESULTADO	OBSERVAÇÕES
1	<p>Laboratório de Letramento Digital para Universalização da Educação Digital, com elementos integrados, alinhado à BNCC e PNED</p> <p>Composição:</p> <p>1.1. 01(um) Projeto de ambientação com montagem, personalização, organização dos elementos e implantação de laboratório educacional funcional.</p> <p>1.2.01 (um) Conjunto de materiais e ferramentas educacionais com organização e montagem de painel para suporte às atividades práticas do laboratório.</p> <p>1.3. 01 (um) kit com 02 (duas) Impressoras 3D para uso educacional, com capacitação de docentes</p> <p>1.4. Kit com 12 (doze) filamentos para impressão tridimensional, destinados ao uso educacional.</p> <p>1.5. 01 (uma) Secadora de filamentos para impressão tridimensional</p> <p>1.6. 01 (um) Televisor Smart com tela de 55 polegadas</p> <p>1.7. 01 (um) Suporte articulado de parede para TVs de até 75 polegadas</p> <p>1.8. 01(um) Kit composto por 30 (trinta) mesas coloridas individuais em formato trapézio para alunos</p> <p>1.9. 01 (um) Kit composto por 30 (trinta) cadeiras coloridas para alunos</p> <p>1.10. 01 (um) Kit composto por 05 (cinco) Mesas centrais de alimentação de energia com tomadas</p> <p>1.11. 01 (um) Conjunto com 01(uma) mesa e 1(uma) cadeira para o professor</p> <p>1.12. 01(uma) Bancada de apoio funcional. com móvel auxiliar.</p>	() Atende () Não Atende	
Lote II: Amostra dos Subítem 1.3; 1.4.			
1.3	1.3. 01 (um) kit com 02 (duas) Impressoras 3D para uso educacional, com capacitação de docentes	() Atende () Não Atende	
1.4	1.4. Kit com 12 (doze) filamentos para impressão tridimensional, destinados ao uso educacional.	() Atende () Não Atende	

MODELO DE FICHA COM O RESULTADO DA AVALIAÇÃO TÉCNICA-PEDAGÓGICA DE AMOSTRAS			
AMOSTRAS DO LOTE III			



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



ITEM/ SUBITEM	DESCRIÇÃO	RESULTADO	OBSERVAÇÕES
1	LABORATÓRIO COMPLETO DE CIÊNCIAS – ANOS FINAIS (ENSINO FUNDAMENTAL II) (OBS.: Um kit de Material de Apoio ao Aluno e Professor)	() Atende () Não Atende	

MODELO DE FICHA COM O RESULTADO DA AVALIAÇÃO TÉCNICA-PEDAGÓGICA DE AMOSTRAS			
AMOSTRAS DO LOTE IV			
ITEM/ SUBITEM	DESCRIÇÃO	RESULTADO	OBSERVAÇÕES
1	LABORATÓRIO COMPLETO DE CIÊNCIAS – ANOS FINAIS (ENSINO FUNDAMENTAL II) (OBS.: Um kit de Material de Apoio ao Aluno e Professor)	() Atende () Não Atende	

MODELO DE FICHA COM O RESULTADO DA AVALIAÇÃO TÉCNICA-PEDAGÓGICA DE AMOSTRAS			
AMOSTRAS DO LOTE V			
ITEM/ SUBITEM	DESCRIÇÃO	RESULTADO	OBSERVAÇÕES
1	LABORATÓRIO COMPLETO DE MATEMÁTICA – EDUCAÇÃO INFANTIL (OBS.: Um kit de Material de Apoio ao Aluno e Professor)	() Atende () Não Atende	

MODELO DE FICHA COM O RESULTADO DA AVALIAÇÃO TÉCNICA-PEDAGÓGICA DE AMOSTRAS			
AMOSTRAS DO LOTE VI			
ITEM/ SUBITEM	DESCRIÇÃO	RESULTADO	OBSERVAÇÕES
1	LABORATÓRIO COMPLETO DE MATEMÁTICA – ANOS INICIAIS (ENSINO FUNDAMENTAL I) (OBS.: Um kit de Material de Apoio ao Aluno e Professor)	() Atende () Não Atende	

MODELO DE FICHA COM O RESULTADO DA AVALIAÇÃO TÉCNICA-PEDAGÓGICA DE AMOSTRAS			
AMOSTRAS DO LOTE VII			
ITEM/ SUBITEM	DESCRIÇÃO	RESULTADO	OBSERVAÇÕES
1	LABORATÓRIO COMPLETO DE MATEMÁTICA – ANOS FINAIS (ENSINO FUNDAMENTAL II) (OBS.: Um kit de Material de Apoio ao Aluno e Professor)	() Atende () Não Atende	

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Compete à CONTRATADA, sem prejuízo de outras obrigações previstas neste Termo de Referência e



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



na legislação aplicável:

- 9.2. Fornecer integralmente os materiais didático-pedagógicos, kits educacionais, equipamentos, mobiliários, softwares, plataforma digital e demais itens previstos nos Lotes contratados, em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste TR e seus anexos.
- 9.3. Realizar o transporte, entrega, montagem, instalação e organização dos equipamentos, mobiliários, painéis, ferramentas e demais elementos dos laboratórios educacionais, nos locais indicados pela CONTRATANTE.
- 9.4. Executar a implantação pedagógica e técnica dos laboratórios de letramento digital, ciências e matemática, incluindo orientações iniciais para uso adequado dos equipamentos, kits e ambientes educacionais.
- 9.5. Disponibilizar e manter, durante toda a vigência do contrato, plataforma educacional digital e softwares de programação visual, assegurando acesso contínuo, compatibilidade com os materiais e funcionamento adequado.
- 9.6. Realizar a formação inicial e continuada de professores, nas modalidades presencial e remota, conforme cargas horárias, conteúdos e condições estabelecidas neste Termo de Referência, com emissão de certificados e registro de frequência.
- 9.7. Prestar suporte técnico-pedagógico durante a vigência contratual, conforme previsto neste TR, por meio de atendimento remoto e, quando necessário, presencial.
- 9.8. Prestar assessoria técnico-pedagógica para a organização e execução da Feira Científica e Tecnológica do município, bem como apoiar eventos de inauguração dos laboratórios, quando demandado pela CONTRATANTE;-.
- 9.9. Responsabilizar-se por todos os custos operacionais necessários à execução do objeto, incluindo transporte, logística, montagem, deslocamento, hospedagem e alimentação de sua equipe, não gerando qualquer ônus adicional à CONTRATANTE.
- 9.10. Observar as normas de segurança, boas práticas de instalação, manuseio e uso dos equipamentos, bem como as diretrizes de sustentabilidade ambiental previstas neste TR.
- 9.11. Apresentar relatórios periódicos de acompanhamento, plano de execução e demais documentos técnicos solicitados pela fiscalização do contrato.
- 9.12. Cumprir integralmente as disposições da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 14.533/2023 (PNED), da BNCC, da BNCC Computação e demais normativos aplicáveis ao objeto.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1. Compete à CONTRATANTE, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, sem prejuízo de outras atribuições legais:
- 10.2. Disponibilizar os espaços físicos destinados à implantação dos laboratórios educacionais, com infraestrutura física e elétrica adequada, incluindo pontos de energia, iluminação, ventilação e condições mínimas de segurança, conforme necessidade de cada ambiente.
- 10.3. Indicar, formalmente, os locais de entrega, instalação e execução do objeto, bem como o cronograma de acesso aos espaços escolares.
- 10.4. Designar gestor e fiscais do contrato, nos termos dos arts. 7º, 117 e 154 da Lei nº 14.133/2021, para acompanhamento e fiscalização da execução contratual.
- 10.5. Acompanhar, fiscalizar e atestar a conformidade das entregas, instalações, formações e serviços prestados, de acordo com este Termo de Referência.
- 10.6. Definir, em conjunto com a CONTRATADA, os cronogramas de formação docente, datas, locais e participantes, respeitado o calendário escolar e a jornada dos profissionais da educação.
- 10.7. Garantir o acesso da equipe da CONTRATADA às unidades escolares e aos espaços designados, durante os períodos necessários à execução do objeto.
- 10.8. Disponibilizar os professores e equipes pedagógicas para participação nas formações, assessorias e atividades previstas no projeto.
- 10.9. Comunicar formalmente à CONTRATADA quaisquer intercorrências, ajustes ou necessidades de replanejamento relacionadas à execução do contrato.
- 10.10. Efetuar os pagamentos devidos, conforme critérios de medição e pagamento estabelecidos neste Termo de Referência, após a devida comprovação da execução do objeto.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



10.11. Assegurar a guarda, uso adequado e conservação dos bens entregues após a conclusão da instalação e recebimento definitivo.

10.12. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

11. DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Da proposta:

Os preços propostos deverão incluir todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer fretes, impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscal e previdenciário a que estiver sujeito, e demais custos que incidam, direta ou indiretamente, na execução do objeto a ser contratado;

A proposta de preço deverá conter a discriminação detalhada dos serviços ofertados, quantidade solicitada, o valor unitário (numérico), valor total (numérico e por extenso), prazo de validade da proposta de no mínimo 90 (noventa) dias e prazo de execução dos serviços.

11.1. A **HABILITAÇÃO JURÍDICA** será comprovada, mediante a apresentação da seguinte documentação:

11.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

11.1.3. No caso de sociedade empresária, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;

11.1.4. No caso de ser o participante sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

11.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

11.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

11.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

11.1.8. No caso de atividade adstrita a uma legislação específica: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

11.1.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.2. A **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



- 11.2.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado, independente se a fase de habilitação irá ou não anteceder as fases de apresentação de propostas e lances.
- 11.2.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), através do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, emitido pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, comprovando possuir situação cadastral ativa para com a Fazenda Federal, ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 11.2.3. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, comprovando possuir Inscrição Habilitada no cadastro de contribuintes estadual, ou Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal quando se tratar de prestador de serviço.
- 11.2.4. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 11.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual;
 - Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 11.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Municipal;
 - Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 11.2.7. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- 11.2.8. Prova de regularidade com a justiça trabalhista, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida por órgão competente da Justiça do Trabalho (conforme Art. 3º da Lei Nº 12.440/2011);
- 11.2.9. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



- 11.2.10. Quando se tratar da subcontratação prevista no art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, a licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal, social e trabalhista das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização.
- 11.3. **HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**, que será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:
- 11.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial em caso de pessoas físicas, emitida até 60 (sessenta) dias antes da data da sessão pública ou que esteja dentro do prazo de validade constante da própria certidão;
- Caso admitida participação de Pessoas Físicas ou Sociedade Simples, deverá ser apresentada Certidão Negativa de Insolvência Civil, expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, desde que admitida a sua participação na licitação.
- 11.3.2. Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis nos termos da Lei Federal nº 14.133/21 apresentados na forma da lei conforme Resolução CFC 1255/2009 e Resolução CFC 1.418/2012 com as certidões simplificada e específica com emissão não superior a 60 (sessenta) dias que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
- Os documentos referidos no item acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
 - As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso, devidamente registrado na forma da lei.
 - As sociedades empresárias enquadradas nas regras da Instrução Normativa RFB nº 2003, de 18 de janeiro de 2021, que dispõe sobre a Escrituração Contábil Digital – ECD, para fins fiscais e previdenciários poderão apresentar o balanço patrimonial e os termos de abertura e encerramento do livro diário, em versão digital, obedecidas as normas do parágrafo único do art. 2º da citada instrução quanto a assinatura digital nos referidos documentos, quanto a Certificação de Segurança emitida por entidade credenciada pela infraestrutura de Chaves Públicas – Brasileiras – ICP – Brasil.
- 11.3.3. Declaração, assinada por Profissional área Contábil devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos nos termos do §1º, art. 69 da Lei 14.133/2021, aplicando fórmulas da seguinte forma:

$$\text{Índice de Liquidez Geral } (\geq 1,00):$$
$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



Índice de Liquidez Corrente ($\geq 1,00$):

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Índice de Solvência Geral ($\geq 1,00$):

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

- 11.3.4. Da análise dos documentos apresentados serão calculados os índices Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (LG), que deverão apresentar resultado igual ou superior a 1 (um).
- 11.3.5. As empresas que apresentarem resultado do quociente de capacidade econômico-financeira menor do que o exigido, quando de sua habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a administração, patrimônio líquido no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor total dos seus itens ofertados, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta através de índices oficiais.
- 11.3.6. O Microempreendedor Individual (MEI) que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123 de 2006 estará dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício;
- 11.4. A **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**, que será comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:
- 11.4.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições peculiares da contratação.
- 11.4.2. Comprovação de aptidão para execução de objeto de complexidade operacional e, se for o caso, complexidade tecnológica, equivalente ou superior com o desta contratação, ou com o item pertinente de seu interesse, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 11.4.3. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados ou certidões deverão comprovar que a empresa, ou se for o caso, o profissional, executou, satisfatoriamente, objeto compatível com o da presente licitação ou com o item pertinente de seu interesse, contendo informações que permitam estabelecer, por proximidade de características técnicas, comparação entre o objeto licitado e o executado pela licitante.
- Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



- O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados ou certidões, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da **CONTRATANTE** e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- Somente poderão ser aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, no mínimo, um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser prestado em prazo inferior.
- Os atestados ou certidões que não possuem as informações mínimas para a sua análise serão objeto de diligência.

11.5. Além das declarações constantes dos itens específicos acima a licitante deverá apresentar ainda as seguintes declarações, sob pena de inabilitação:

11.5.1. Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021);

11.5.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, na forma da lei (art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021);

Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, na forma da lei (art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021).

12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO DOS PARTICIPANTES

R\$ 10.599.494,22 (dez milhões, quinhentos e noventa e nove mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e vinte e dois centavos)

12.1. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

12.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



12.1.2. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação.

13. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Pagamento condicionado à:

- 13.1. entrega e instalação dos materiais;
- 13.2. implantação dos laboratórios;
- 13.3. realização das formações;
- 13.4. disponibilização da plataforma;
- 13.5. medição por lote e por etapa concluída, conforme cronograma e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

14. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO:

14.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser atualizada (ou rescindida) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, ou ainda em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuada, nos termos do art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133, de 2021."

14.2. As quantidades dos itens mínimos necessários para o projeto de educação constam nas Planilhas de quantitativos, ANEXO I deste Termo de Referência.

14.3. Detalhamento das Características e quantidades dos itens mínimos necessários para o projeto de educação constam no ANEXO II deste Termo de Referência.

14.4. A planilha orçamentária do projeto de educação consta no ANEXO III deste Termo de Referência.

PASTOS BONS/MA, 10 DE MARÇO DE 2026

VALBEA PEREIRA DA SILVA SOUSA
Secretaria de Educação
Portaria nº 004/2025